

ESTATUTO DO PARTIDO AMBIENTALISTAS

TÍTULO I DO PARTIDO

Capítulo I Do Nome, Sede e Objetivos

Art. 1º. O Partido Ambientalistas – AMBIENTALISTAS, organizado e regido pelo presente Estatuto, por seu Manifesto e pelas resoluções e deliberações das instâncias partidárias, é uma organização política com personalidade jurídica de direito privado, com duração por prazo indeterminado, cujo registro será requerido ao Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da Constituição Federal e da legislação em vigor.

Art. 2º. O Diretório Nacional do AMBIENTALISTAS tem sede, foro e domicílio em Brasília (DF), podendo manter sedes Regionais, Distrital, Estaduais, Municipais ou Zonais, de acordo com suas conveniências administrativas, jurídicas, políticas e eleitorais.

Parágrafo único – A sede nacional do “AMBIENTALISTAS” está localizada no Distrito Federal, Setor Hoteleiro, Projeção H UA, s/n, sala 20, Taguatinga – CEP 72011-906.

Art. 3º. O AMBIENTALISTAS é uma associação de pessoas físicas com objetivo alcançar o poder político institucional, de forma pacífica e democrática, de acordo com seu Estatuto, Manifesto e Valores.

Capítulo II Da Filiação Partidária

Art. 4º. São filiados do AMBIENTALISTAS, além dos fundadores, todo eleitor brasileiro em pleno gozo de direitos políticos, que seja admitido como tal pelo Partido e que se comprometa a respeitar e cumprir o Estatuto, o Manifesto, os Valores e as resoluções e decisões das instâncias partidárias regularmente instituídas.

Parágrafo único: Serão considerados fundadores, todos os filiados que apresentarem a ficha de apoio, até a efetiva homologação do pedido de criação do Partido pelo Tribunal Superior Eleitoral.



AMBIENTALISTAS
PESSOAS • MEIO AMBIENTE • ANIMAIS



Art. 5º. A filiação ao AMBIENTALISTAS é individual, permanente e tem validade em todo o território nacional.

Parágrafo único: É vedada a filiação de grupos organizados, bem como filiação em massa.

Art. 6º. O pedido de filiação deverá ser preenchido pelo proponente, em formulário físico ou digital, e submetido ao órgão Zonal, Municipal, Estadual, Distrital ou Nacional do AMBIENTALISTAS, juntamente com a documentação necessária para efetivação da filiação, no sistema informatizado da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. A Comissão Executiva Nacional disciplinará, por resolução, todos os procedimentos para filiação, considerados:

- I – o requerimento do interessado;
- II – o abono por filiado ou dirigente partidário;
- III – a consulta interna;
- IV – a manifestação de contrariedade;
- V – a decisão do órgão partidário;
- VI – o recurso do impugnante e do impugnado e;
- VII – a decisão final da instância partidária superior.

Art. 7º. É vedada a filiação de indivíduos comprovadamente responsáveis por violação de direitos humanos, agressão ao meio ambiente ou corrupção, bem como atitudes ou manifestações ofensivas ou discriminatórias à origem étnica, a orientação sexual, de gênero e à crença.

Art. 8º. A filiação ao AMBIENTALISTAS será automaticamente cancelada nas seguintes hipóteses:

- I – a pedido do interessado;
- II – por morte;
- III – por perda dos direitos políticos;
- IV – por expulsão decorrente de processo disciplinar;
- V – por cancelamento;
- VI – por filiação a outro Partido.

14



AMBIENTALISTAS
PESSOAS • MEIO AMBIENTE • ANIMAIS



Art. 9º. As listagens de filiados devem ser processadas e submetidas à Justiça Eleitoral pela Comissão Executiva Nacional.

Parágrafo único: Resolução da Comissão Executiva Nacional poderá delegar às Comissões Executivas Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais, de forma genérica ou específica, as competências descritas no caput.

Capítulo III Dos Direitos e Deveres dos Filiados

Art. 10. São direitos dos filiados ao AMBIENTALISTAS:

- I – participar das atividades partidárias;
- II – votar e ser votados nas reuniões dos órgãos partidários a que pertençam;
- III – integrar listas para eleição de órgãos de direção partidária;
- IV – participar das campanhas eleitorais, apoiando e votando nos candidatos indicados pelas instâncias partidárias;
- V – dirigirem-se a qualquer órgão partidário para manifestar sua opinião;
- VI – fazer circular livremente suas ideias, opiniões e posições em consonância com o Manifesto, o Estatuto e Resoluções do AMBIENTALISTAS;
- VI – comparecer às reuniões abertas dos órgãos partidários a que pertença, participar dos eventos partidários e votar nas questões submetidas à consulta pelos órgãos de direção;

Art. 11. São deveres dos filiados ao AMBIENTALISTAS, sob pena de declaração de indisciplina ou infidelidade partidária, sujeitando os infratores às consequências legais e estatutárias aplicáveis:

- I – obedecer ao Manifesto, ao Estatuto e às Resoluções do AMBIENTALISTAS;
- II – manter conduta ética, pessoal, profissional, política e comunitária compatível com os princípios éticos e programáticos do AMBIENTALISTAS;
- III – acatar as orientações e decisões tomadas pelas instâncias partidárias;
- IV – preservar a boa imagem partidária;



AMBIENTALISTAS
PESSOAS - MEIO AMBIENTE - ANIMAIS



V – pagar a contribuição partidária, na forma estabelecida por Resolução da Comissão Executiva Nacional, quando e se houver sido deliberada consoante inteligência do art. 97 deste Estatuto;

VI – participar das reuniões dos órgãos partidários a que pertencerem e das atividades promovidas pelo AMBIENTALISTAS.

Art. 12. O AMBIENTALISTAS exige de todos seus filiados, além dos deveres expostos no artigo anterior, em consonância com os preceitos constitucionais e a legislação vigente, adesão aos seguintes compromissos:

I – defesa da democracia, soberania popular, representação política, dignidade humana e limitação do poder;

II – respeito aos valores culturais e à identidade do povo brasileiro;

III – defesa da vida;

IV – proteção da infância;

V – garantia da ordem social, moral e jurídica;

VI – proteção da liberdade de pensamento e expressão;

VII – promoção da educação voltada para o desenvolvimento humano;

VIII – fortalecimento das instituições de Estado;

IX – promoção de governos responsáveis, transparentes e desburocratizados;

X – proteção da livre iniciativa e livre exercício da atividade econômica, com garantia da propriedade privada;

XI – defesa da coesão nacional e da integridade territorial do Brasil;

XII – repúdio à prática de qualquer tipo de discriminação, intolerância ou violação de direitos individuais, coletivos ou difusos;

XIII – defesa dos direitos dos povos originários e comunidades tradicionais;

XIV – atuação em prol da defesa do meio ambiente, inseridos nesse contexto, os ecossistemas e biomas, a biodiversidade, os animais domésticos, domesticados, silvestres nativos e silvestres exóticos, seguindo, para tanto, as diretrizes nacionais e internacionais correlatas à matéria, por quaisquer órgãos de relevância científica ou governamental, pesquisas, estudos, trabalhos e publicações de organismos privados ou públicos, de confiabilidade e idoneidade irrefutáveis;

XV – repúdio à prática de quaisquer atos de violência política contra a mulher.

JP



Capítulo IV Dos Candidatos

Art. 13. Poderão ser candidatos a cargos eletivos pelo AMBIENTALISTAS, os filiados ao Partido com antecedência mínima de seis meses da data da eleição em disputa, nos termos da legislação eleitoral em vigor.

Parágrafo único. Na composição das chapas majoritárias e proporcionais, será respeitada a representação mínima feminina, nos termos de Resolução da Comissão Executiva Nacional, expedida especificamente para garantir a participação das mulheres na política.

Art. 14. Não será admitido que candidatos do AMBIENTALISTAS, a qualquer cargo, majoritário ou proporcional, apoiem candidatos de outros Partidos, exceto na hipótese de coligação majoritária ou Resolução da Comissão Executiva Nacional.

Art. 15. Não serão admitidos como candidatos do AMBIENTALISTAS, aqueles que se enquadrarem nas restrições da Lei Ficha Limpa – Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, ou sobre quem recaia qualquer tipo de inelegibilidade.

Art. 16. São deveres dos candidatos pelo AMBIENTALISTAS:

- I – divulgar, em suas campanhas, as diretrizes do Manifesto e dos programas homologados nas respectivas instâncias partidárias;
- II – acatar as decisões das instâncias partidárias acerca das estratégias de divulgação de candidaturas, repartição e utilização do tempo da propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão e repartição e utilização de recursos públicos e privados nas campanhas eleitorais;
- III – providenciar todos os documentos necessários ao pedido de registro de candidatura junto à Justiça Eleitoral;
- IV – realizar a prestação de contas eleitoral à Justiça Eleitoral.

Art. 17. Os candidatos a cargos eletivos que vierem a assumir compromissos, tomar posições ou fazer alianças ou acordos contrários às decisões partidárias ou conflitantes com o Programa e Estatuto do AMBIENTALISTAS, poderão ser substituídos pelas Comissões

Executivas, após processo interno regulamentado por resolução da Comissão Executiva Nacional.

Parágrafo único. É assegurado ao candidato que tenha incorrido nas hipóteses deste artigo, apresentação de defesa, no prazo de quarenta e oito horas.

Capítulo V Das Infrações

Art. 18. Constituem infração disciplinar e ético-partidária as seguintes condutas:

- I – participar de campanha eleitoral ou manifestar-se em favor de candidato de outro Partido;
- II – empreender conduta incompatível com os princípios e regras definidas pelo Manifesto e Estatuto;
- III – macular ou denegrir a imagem do AMBIENTALISTAS ou de seus dirigentes;
- IV – desrespeitar os dirigentes, filiados ou funcionários do AMBIENTALISTAS;
- V – manter conduta incompatível com os princípios éticos;
- VI – deixar de pagar as contribuições financeiras estabelecidas pelo AMBIENTALISTAS, na forma e condições estabelecidas pela Comissão Executiva Nacional, na forma do artigo 97 do Estatuto;
- VII – desobedecer às diretrizes estabelecidas pelos órgãos partidários;
- VIII – agir com improbidade, negligência, imoralidade ou má fé no exercício de cargo ou função pública ou partidária;
- IX – cometimento de infração penal ou ato atentatório à moral e aos bons costumes;
- X – cometimento, ou consentimento, com atos de violência política, especialmente a violência política contra a mulher, pessoas negras, indígenas e outros grupos discriminados ou marginalizados.

Art. 19. Aos filiados ao AMBIENTALISTAS, respeitado o contraditório e a ampla defesa, são aplicáveis as seguintes penas:

- I – advertência, em caso de infração aos deveres de disciplina ou por negligência ou omissão dos deveres partidários;
- II – suspensão, nos casos de reincidência de infrações ou de conduta desrespeitosa e prejudicial ao AMBIENTALISTAS;



III – expulsão, no caso de violação da Lei, Estatuto e Resoluções das instâncias partidárias ou das diretrizes do Manifesto.

§1º. Resolução da Comissão Executiva Nacional disciplinará o processo administrativo de apuração de infrações e aplicação de penalidades, compreendidas, sem exclusão de nenhuma outra, as fases de denúncia, instrução, decisão e recursos.

§2º. Nos casos de reincidência de infrações, conduta desrespeitosa e prejudicial ao AMBIENTALISTAS, ou gravíssima e notória violação da Lei, Estatuto e das Resoluções das instâncias partidárias, a Comissão de Ética e Disciplina poderá suspender liminarmente o filiado, até decisão final.

Art. 20. Sem prejuízo da sanção individual aplicada aos membros, os órgãos partidários do AMBIENTALISTAS estão sujeitos às seguintes penas:

I – advertência, por indisciplina, negligência ou omissão da Comissão Executiva ou de algum de seus membros;

II – intervenção, com prazo determinado, nos casos de desobediência às direções superiores, pela Comissão Executiva ou por algum de seus membros;

III – dissolução, nos casos de:


a) divergências graves e insanáveis com as direções superiores;

b) violações da Lei, Estatuto, Manifesto e das Resoluções de órgão superior;

c) descumprimento de suas finalidades, com prejuízo para o AMBIENTALISTAS.

Art. 21. Das decisões que aplicarem penalidades aos filiados ou órgãos partidários, cabe recurso ao órgão hierarquicamente superior, nos termos de Resolução da Comissão Executiva.

Parágrafo Único. São irrecorríveis as decisões da Comissão Executiva Nacional, tomadas em grau de recurso.



7

TÍTULO II Da Estrutura Geral do Partido

Capítulo I Dos Órgãos Partidários

Art. 22. O AMBIENTALISTAS é composto, nos três níveis federativos, por Órgãos de:

- I – Deliberação: Convenções Nacionais, Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais.
- II – Direção: Diretórios e suas respectivas Comissões Executivas;
- III – Ação Parlamentar: Bancadas Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais, e;
- IV – Apoio e Cooperação: Conselho Fiscal e demais Conselhos criados por Resolução da Comissão Executiva Nacional.

Art. 23. As Convenções e os Diretórios reunir-se-ão, nos prazos e para os fins previstos neste Estatuto e na legislação eleitoral, por convocação de seus Presidentes.

Parágrafo único. As Convenções e Diretórios poderão reunir-se, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou de 2/3 (dois terços) de suas respectivas Comissões Executivas.

Art. 24. As Convenções Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais, para eleição dos Diretórios, Delegados e respectivos suplentes, serão realizadas por chapa, de acordo com Resolução da Comissão Executiva Nacional.

Parágrafo único. Na hipótese de não realização de Convenção, conforme definido no “caput”, caberá à Comissão Executiva correspondente, decidir quanto à prorrogação dos mandatos, na forma deste Estatuto, extinguindo-os em caso de não prorrogação.

Art. 25. Terão direito de votar e de compor chapas nas Convenções partidárias, somente os eleitores com direito a voto na respectiva convenção, filiados ao AMBIENTALISTAS até 30 (trinta) dias antes de sua realização.



AMBENTALISTAS
PESSOAS • MEIO AMBIENTE • ANIMAIS



Art. 26. O processo eleitoral interno será regulamentado por Resolução da Comissão Executiva Nacional, com definição de datas, prazos, locais, modalidades de participação e acesso aos cargos e à suplência, bem como procedimentos para convocação dos filiados, registro de candidaturas, impugnação, exercício do contraditório, decisão final e recursos.

Art. 27. Considerar-se-á eleita a chapa que alcançar mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos, na Convenção, considerando-se os convencionais presentes e com direito a voto, excluídos os votos brancos e nulos.

§1º. Não havendo chapa que alcance a votação prevista no “caput”, realizar-se-á, imediatamente, segundo turno entre as duas primeiras colocadas, sendo considerada eleita a que obtiver o maior número de votos.

§2º. Os suplentes considerar-se-ão eleitos com a chapa em que estiverem inscritos.

Art. 28. As deliberações referentes à eleição dos órgãos partidários, escolha de candidatos e coligações serão tomadas por voto direto e escrutínio secreto, sendo vedado o voto por procuração.

Parágrafo único. É permitido o voto cumulativo, compreendido como aquele dado por um mesmo Convencional credenciado por mais de um título.

Art. 29. As Convenções serão presididas pelo Presidente do Diretório e instaladas com a presença de qualquer número de convencionais.

Art. 30. A vacância ocorrerá por cancelamento de filiação, renúncia, destituição de cargo ou função em órgão partidário e nos demais casos, previstos neste Estatuto.

Parágrafo único. Com exceção do cargo de Presidente da Comissão Executiva, ocorrendo vacância por morte, desligamento, destituição de cargo ou função ou renúncia de titular, decorrida a metade do mandato do órgão partidário, será facultada a convocação de Convenção Extraordinária para preenchimento das vagas existentes, nos termos deste Estatuto.



AMBENTALISTAS
PESSOAS • MEIO AMBIENTE • ANIMAIS



Art. 31. O controle e registro do Diretório Nacional, na Justiça Eleitoral, será realizado pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 32. A constituição de Diretórios, com eleição de seus membros na respectiva Convenção, bem como o registro na Justiça Eleitoral, observará as seguintes condições:

I – Diretório Estadual: dependerá da existência de, no mínimo, 10% (dez por cento) de Diretórios Municipais organizados no respectivo Estado;

II – Diretório Distrital: dependerá de deliberação da Comissão Executiva Nacional;

III – Diretório Municipal: dependerá de deliberação da Comissão Executiva Estadual.

Art. 33. Os Diretórios Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais, somente poderão ser constituídos se eleitos em Convenção realizada na data designada pela Comissão Executiva Nacional, e anotados mediante a homologação e encaminhamento, pela instância superior, à Justiça Eleitoral.

Art. 34. A decisão sobre o registro dos Diretórios será tomada pela maioria dos membros da Comissão Executiva do Diretório hierarquicamente superior.

§1º. No Distrito Federal, Estados ou Municípios onde não houver Diretório constituído, aplicam-se, às Comissões Provisórias, todas as atribuições e regras de funcionamento aplicadas aos Diretórios, exceto em relação à eleição para ocupação de cargos, cuja nomeação é prerrogativa exclusiva da instância partidária superior.

§2º. O mandato das Comissões Provisórias será de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado, nos termos da Legislação Partidária aplicável.

§3º. As Comissões Provisórias poderão ser modificadas ou dissolvidas, a qualquer tempo, pelas Comissões Executivas do órgão superior.

Art. 35. Os membros dos Diretórios, os Delegados e respectivos suplentes, assim como os membros dos demais órgãos partidários

eleitos pela Convenção, serão imediatamente empossados, após a proclamação dos resultados.

Art. 36. Os Diretórios Nacional, Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais, serão presididos, necessariamente, pelo Presidente da respectiva Comissão Executiva.

Art. 37. No interregno das Convenções e das reuniões deliberativas dos Diretórios, o AMBIENTALISTAS é dirigido pelas Comissões Executivas, em grau respectivo, que executam a política partidária, as diretrizes e deliberações tomadas, com as mesmas atribuições daqueles Órgãos.

Art. 38. Os Diretórios e Comissões Executivas poderão reunir-se, independentemente da formação de quórum mínimo, mas só deliberarão com a presença da maioria absoluta dos membros com direito a voto.

Parágrafo único. Nas reuniões dos Diretórios e Comissões Executivas, caberá ao respectivo órgão, decidir sobre as regras básicas do processo de votação a ser adotado em suas deliberações, inclusive para a eleição de órgãos partidários, observados a liberdade do voto, a isonomia, e demais limites fixados neste Estatuto.

Capítulo II Das Comissões Executivas

Art. 39. As Comissões Executivas Nacional, Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais serão eleitas pelos respectivos Diretórios, em reunião realizada ao término da Convenção de constituição ou eleição dos integrantes deste órgão.

§1º. A reunião do Diretório para eleição da Comissão Executiva será presidida pelo Presidente anterior, por filiado, por ele indicado especificamente para a função, ou, no caso de constituição de novo Diretório, pelo filiado presente à reunião com mais tempo de filiação ao AMBIENTALISTAS.

§2º. Resolução da Comissão Executiva Nacional disciplinará as hipóteses de licença dos membros efetivos das Comissões Executivas, por período não superior a 90 (noventa) dias, bem como as sanções aplicáveis aos dirigentes que se afastarem por período superior.



Capítulo III Da Representação

Art. 40. O AMBIENTALISTAS será representado, em juízo ou fora dele:

I – nas questões de interesse nacional: pelo Presidente da Comissão Executiva Nacional;

II – nas questões de interesse Distrital ou Estadual: pelo Presidente da respectiva Comissão Executiva ou, onde não houver Diretório ou Comissão Provisória instituídos, pelo Presidente da Comissão Executiva Nacional;

III – nas questões de interesse Municipal ou Zonal: pelo Presidente da Comissão Executiva Municipal ou Zonal ou, nos Municípios ou Regiões Administrativas onde não houver Diretório ou Comissão Provisória instituídos, pelo Presidente da Comissão Executiva da instância partidária hierarquicamente superior.

Parágrafo Único. O AMBIENTALISTAS poderá credenciar, na forma da lei, representantes perante os Juízos Eleitorais, Tribunais Regionais Eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral.

Capítulo IV Dos Delegados

Art. 41. Os Diretórios Distrital e Estaduais elegerão delegados e respectivos suplentes, à Convenção Nacional, assim como os Diretórios Municipais e Zonais o farão às Convenções Estaduais e Distrital, em número e sob regras definidas por Resolução da Comissão Executiva Nacional.

Capítulo V Das Bancadas Parlamentares

Art. 42. No âmbito federativo de suas atuações, as bancadas parlamentares do AMBIENTALISTAS constituirão suas próprias lideranças, cabendo intervenção da Comissão Executiva da instância partidária, exclusivamente, quando não houver consenso ou não for possível estabelecer maioria entre os parlamentares.

Art. 43. As bancadas parlamentares atuarão respeitando o Manifesto e o Estatuto do AMBIENTALISTAS, bem como as Resoluções e atos deliberativos das respectivas instâncias partidárias.

Parágrafo único. O parlamentar que se opuser, por atitude ou voto, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo AMBIENTALISTAS, terá suspensão, temporariamente, o direito a voto nas reuniões dos órgãos partidários a que pertença.

Capítulo VI Do Conselho de Ética e Disciplina

Art. 44. As Comissões Executivas Nacional, Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais escolherão, dentre os filiados, um Conselho de Ética e Disciplina, composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, ao qual competirá atuar como órgão consultivo nos processos de apuração de infrações e violações à ética, disciplina, fidelidade e deveres partidários, emitindo parecer para decisão da correspondente Comissão Executiva.

§1º. O funcionamento dos Conselhos de Ética e Disciplina, compreendidos, inclusive, as atribuições e o tempo do mandato de seus membros, será regulamentado por Resolução da Comissão Executiva Nacional.

§2º. Durante o segundo semestre dos anos eleitorais, serão criadas Comissões Eleitorais, nas esferas Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais, para julgamento de denúncias de caráter eleitoral, devendo, o funcionamento dessas Comissões, ser regulamentado por Resolução da Comissão Executiva Nacional.

§3º. Os membros dos Conselhos de Ética e Disciplina não poderão, cumulativamente, exercer cargos na Comissão Executiva.

Capítulo VII Dos Conselhos Fiscais

Art. 45. As Comissões Executivas Nacional, Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais escolherão, dentre os filiados, um Conselho Fiscal, composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros, ao qual competirá atuar

como órgão consultivo, na elaboração de pareceres, balancetes e demonstrativos contábeis, bem como prestar contas ao Diretório e à Justiça Eleitoral.

§1º. O funcionamento dos Conselhos Fiscais será regulamentado por Resolução da Comissão Executiva Nacional.

§2º. Os membros dos Conselhos Fiscais não poderão, cumulativamente, exercer cargos na Comissão Executiva.

TÍTULO III

Dos Órgãos do Partido e suas Competências

Capítulo I

Da Convenção Nacional

Art. 46. A Convenção Nacional, presidida pelo Presidente da Comissão Executiva Nacional, é a instância suprema do AMBENTALISTAS.

Art. 47. A Convenção Nacional é constituída por:

- I – membros do Diretório Nacional;
- II – Delegados dos Estados e do Distrito Federal que tenham Diretório regularmente instituído;
- III – Presidentes dos Diretórios ou Comissões Provisórias Distrital e Estaduais;
- IV – Parlamentares Municipais, Distritais, Estaduais e Federais filiados ao AMBENTALISTAS.

Art. 48. Compete à Convenção Nacional:

- I – eleger os membros do Diretório Nacional e seus respectivos suplentes;
- II – escolher os candidatos aos cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República, compreendida a decisão de coligar-se, apoiar outras candidaturas ou abster-se na disputa;
- III – aprovar e modificar o Estatuto e o Programa do AMBENTALISTAS;
- IV – alterar a duração dos mandatos partidários;
- V – deliberar sobre a dissolução do AMBENTALISTAS, incorporação ou fusão, em reunião especialmente convocada para este fim.





AMBIENTALISTAS
PESSOAS · MEIO AMBIENTE · ANIMAIS



Art. 49. A Convenção Nacional se reunirá:

- I – ordinariamente, a cada 2 (dois) anos;
- II – extraordinariamente, por convocação da Comissão Executiva Nacional, mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos membros;
- III – extraordinariamente, a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros do Diretório Nacional.

Capítulo II Do Diretório Nacional

Art. 50. O Diretório Nacional, eleito pela Convenção Nacional, para um mandato de 4 (quatro) anos, será composto por 51 (cinquenta e um) membros efetivos, 21 (vinte e um) suplentes, e pelos líderes do AMBIENTALISTAS, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Art. 51. São atribuições do Diretório Nacional, além das previstas em lei:

- I – exercer a direção do AMBIENTALISTAS;
- II – eleger a Comissão Executiva Nacional, seus respectivos suplentes e os membros do Conselho Fiscal e da Comissão de Ética e Disciplina;
- III – aprovar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS;
- IV – definir as orientações políticas e parlamentares de âmbito Nacional;
- V – adotar políticas e medidas efetivas de prevenção, repressão e combate à violência política contra a mulher.

Capítulo III Da Comissão Executiva Nacional

Art. 52. A Comissão Executiva Nacional será composta por 7 (sete) membros efetivos, 2 (dois) vogais e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Diretório Nacional, para um mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 53. A Comissão Executiva Nacional elegerá, dentre os seus membros:

- I – 1 (um) Presidente;
- II – 1 (um) Vice-Presidente;



AMBIENTALISTAS
PESSOAS · MEIO AMBIENTE · ANIMAIS



- III – 1 (um) Secretário-Geral;
- IV – 1 (um) Secretário Adjunto;
- V – 1 (um) Tesoureiro;
- VI – 1 (um) Secretário de Comunicação;
- VII – 1 (um) Secretário de Assuntos Jurídicos.

Art. 54. Compete ao Presidente da Comissão Executiva Nacional:

- I – representar o AMBIENTALISTAS em juízo ou fora dele;
- II – presidir as reuniões da Convenção Nacional, do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional;
- III – admitir e demitir os funcionários administrativos;
- IV – autorizar, conjuntamente com o Tesoureiro, as despesas ordinárias e extraordinárias;
- V – em conjunto com o Tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques e autorizar transações financeiras;
- VI – deliberar sobre questões urgentes, excepcionalmente e em caráter de emergência, "ad referendum" da Comissão Executiva Nacional;
- VII – coordenar a execução do Projeto Político do AMBIENTALISTAS.

Art. 55. Compete ao Vice-presidente da Comissão Executiva Nacional:

- I – substituir o Presidente em suas ausências;
- II – assessorar o Presidente na condução da política interna do AMBIENTALISTAS, assim como na execução do Projeto Político do Partido.

Art. 56. Compete ao Secretário-Geral da Comissão Executiva Nacional:

- I – praticar os atos relacionados com a organização interna do AMBIENTALISTAS;
- II – planejar, organizar e executar atividades que busquem aprimorar a organização do AMBIENTALISTAS;
- III – manter cadastro atualizado dos membros do Conselho;
- IV – acompanhar e fiscalizar os relatórios de filiações dos Diretórios e Comissões Provisórias Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais;
- V – gerir os sistemas de informação e gestão do Diretório Nacional e dos Diretórios Estaduais junto à Justiça Eleitoral.

Art. 57. Compete ao Secretário Adjunto da Comissão Executiva Nacional:

- I – substituir o Secretário Geral em sua ausência;
- II – assessorar o Secretário Geral no exercício de suas atribuições.

Art. 58. Compete ao Tesoureiro da Comissão Executiva Nacional:

- I – praticar os atos relacionados às finanças do AMBIENTALISTAS;
- II – em conjunto com o Presidente, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques e autorizar transações financeiras;
- III – manter em dia os pagamentos devidos ao AMBIENTALISTAS;
- IV – informar à Comissão Executiva, eventual inadimplência das obrigações partidárias;
- V – desenvolver projetos de captação de recursos para o AMBIENTALISTAS;
- VI – apresentar relatório semestral das receitas e despesas do AMBIENTALISTAS;
- VII – prestar contas à Justiça Eleitoral;
- VIII – elaborar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS.

Art. 59 – Compete ao Secretário de Comunicação da Comissão Executiva Nacional:

- I – praticar os atos relativos ao sistema de comunicação interna e externa do AMBIENTALISTAS;
- II – desenvolver atividades que facilitem a comunicação entre os filiados do AMBIENTALISTAS;
- III – manter os filiados informados sobre as ações do AMBIENTALISTAS.

Art. 60. Compete ao Secretário de Assuntos Jurídicos da Comissão Executiva Nacional:

- I – assessorar o Presidente da Comissão Executiva Nacional e a Comissão Executiva Nacional, nas questões jurídicas de natureza regimental, constitucional, civil, administrativa, partidária e eleitoral;
- II – opinar sobre projetos de normas internas de competência da Convenção Nacional, do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional;



- III – manifestar-se sobre o cumprimento de ordens e sentenças judiciais que envolvam o AMBIENTALISTAS, em âmbito Nacional;
- IV – orientar as atividades relativas a processos administrativos dos órgãos partidários em âmbito Nacional.

Art. 61. São atribuições da Comissão Executiva Nacional:

- I – dirigir, no âmbito Nacional, as atividades do AMBIENTALISTAS;
- II – convocar as reuniões do Diretório Nacional e da Convenção Nacional;
- III – executar o Projeto Político do AMBIENTALISTAS e as deliberações do Diretório Nacional e da Convenção Nacional;
- IV – administrar o patrimônio social do AMBIENTALISTAS, compreendidas a aquisição, alienação, arrendamento e hipoteca de bens, após autorização do Diretório Nacional;
- V – intervir nos Diretórios Estaduais e Comissões Estaduais Provisórias;
- VI – editar Resoluções para regulamentar o funcionamento partidário e dar efetividade ao Estatuto;
- VII – deliberar sobre a instalação dos Conselhos de Ética e Disciplina;
- VIII – deliberar sobre a prorrogação dos mandatos dos órgãos partidários;
- IX – deliberar sobre o processo de filiação partidária;
- X – deliberar sobre os processos de eleição interna;
- XI – decidir sobre questões políticas e de organização interna de caráter urgente;
- XII – decidir sobre coligações nos âmbitos Federal, Distrital, Estadual e Municipal, podendo delegar a decisão, nos respectivos níveis federativos, genérica ou isoladamente, às Comissões Executivas Distrital, Estaduais ou Municipais;
- XIII – estabelecer limite de gastos para as eleições presidenciais;
- XIV – julgar, em grau de recurso, decisões proferidas pelos Diretórios, Conselhos e Comissões Executivas Distritais e Estaduais;
- XV – decidir sobre questões omissas deste Estatuto;
- XVI – elaborar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS;
- XVII – nomear, alterar ou cancelar Comissões Executivas Distrital e Estaduais;
- XVIII – credenciar Delegados junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

4



Capítulo IV Da Convenção Estadual ou Distrital

Art. 62. A Convenção Estadual ou Distrital é constituída por:



- I – membros do Diretório Estadual ou Distrital;
- II – membros do Diretório Nacional com domicílio eleitoral no Estado ou no Distrito Federal;
- III – Delegados dos Municípios que tenham Diretório regularmente instituído;
- IV – Presidentes das Comissões Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais;
- V – Parlamentares Municipais, Distritais, Estaduais e Federais filiados ao AMBENTALISTAS, com domicílio no Estado ou no Distrito Federal.

Art. 63 - Compete à Convenção Estadual ou Distrital:

- I – eleger os membros do Diretório Estadual ou Distrital e seus respectivos suplentes;
- II – escolher os candidatos aos cargos de Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Estadual ou Distrital e Deputado Federal, compreendida a decisão de coligar-se, apoiar outras candidaturas ou abster-se na disputa;
- III – decidir sobre coligações nos âmbitos Estadual, Distrital e Municipal, podendo delegar a decisão, genérica ou isoladamente, às Comissões Executivas Municipais;
- IV – decidir sobre assuntos políticos, administrativos e patrimoniais em nível Estadual ou Distrital.

Art. 64 - A Convenção Estadual ou Distrital se reunirá:

- I – ordinariamente, a cada 2 (dois) anos;
- II – extraordinariamente, por convocação das Comissões Executivas Nacional, Estaduais ou Distrital, conforme o caso;
- III – extraordinariamente, a requerimento de 1/3 (um) terço dos membros do Diretório Estadual ou Distrital.



Capítulo V Do Diretório Estadual ou Distrital

Art. 65. O Diretório Estadual ou Distrital, eleito pela Convenção Estadual ou Distrital para um mandato de 2 (dois) anos, será composto de, no mínimo de 21 (vinte e um) e no máximo 41 (quarenta e um) membros efetivos, com 1/3 (um terço) de suplentes, cujo número será fixado por Resolução da Comissão Executiva Nacional.

Art. 66. São atribuições do Diretório Estadual ou Distrital, além daquelas definidas em lei, no âmbito de sua competência territorial:

I – eleger a Comissão Executiva Estadual ou Distrital, seus respectivos suplentes e os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética e Disciplina;

II – aprovar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS;

IV – definir as orientações políticas e parlamentares de âmbito Estadual ou Distrital.

Capítulo VI Da Comissão Executiva Estadual ou Distrital

Art. 67. A Comissão Executiva Estadual ou Distrital será composta por 7 (sete) membros efetivos, 2 (dois) vogais e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Diretório Estadual ou Distrital, para um mandato de 2 (dois) anos.

Art. 68. A Comissão Executiva Estadual ou Distrital elegerá, dentre os seus membros:

I – 1 (um) Presidente;

II – 1 (um) primeiro Vice-Presidente;

III – 1 (um) segundo Vice-Presidente;

IV – 1 (um) Secretário-Geral;

V – 1 (um) Secretário Adjunto;

VI – 1 (um) Tesoureiro;

VII – 1 (um) Secretário de Organização;

VIII – 1 (um) Secretário de Comunicação;

IX – 1 (um) Secretário de Assuntos Jurídicos.

Art. 69. Compete ao Presidente da Comissão Executiva Estadual ou Distrital, no âmbito de suas atribuições:

- I – representar o AMBIENTALISTAS em juízo ou fora dele;
- II – presidir as reuniões da Convenção, do Diretório e da Comissão Executiva Estadual ou Distrital;
- III – admitir e demitir os funcionários administrativos;
- IV – autorizar, conjuntamente com o Tesoureiro, as despesas ordinárias e extraordinárias;
- V – em conjunto com o Tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques e autorizar transações financeiras;
- VI – deliberar sobre questões urgentes, excepcionalmente e em caráter de emergência, "ad referendum" da Comissão Executiva Estadual ou Distrital;
- VII – opinar, no âmbito de suas atribuições, sobre a execução do Projeto Político do AMBIENTALISTAS;
- VIII – coordenar, no âmbito de suas atribuições, a execução do Projeto Político do AMBIENTALISTAS.

Art. 70. Compete ao primeiro Vice-presidente da Comissão Executiva Estadual ou Distrital, no âmbito de suas atribuições:

- I – substituir o Presidente em suas ausências;
- II – assessorar o Presidente na condução da política interna do AMBIENTALISTAS, assim como na execução do Projeto Político do Partido.

Art. 71. Compete ao Secretário-Geral da Comissão Executiva Estadual ou Distrital, no âmbito de suas atribuições:

- I – praticar os atos relacionados com a organização interna do AMBIENTALISTAS;
- II – planejar, organizar e executar atividades que busquem aprimorar a organização do AMBIENTALISTAS;
- III – manter cadastro atualizado dos membros do Conselho;
- IV – acompanhar e fiscalizar os relatórios de filiações dos Diretórios e Comissões Provisórias, Municipais e Zonais;
- V – gerir os sistemas de informação e gestão dos Diretórios Municipais e Zonais junto à Justiça Eleitoral.



4

Art. 72. Compete ao Secretário Adjunto da Comissão Executiva Estadual ou Distrital, no âmbito de suas atribuições:

- I – substituir o Secretário Geral em sua ausência;
- II – assessorar o Secretário Geral no exercício de suas atribuições.

Art. 73. Compete ao Tesoureiro da Comissão Executiva Estadual ou Distrital, no âmbito de suas atribuições:

- I – praticar os atos relacionados às finanças do AMBIENTALISTAS;
- II – em conjunto com o Presidente, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques e autorizar transações financeiras;
- III – manter em dia os pagamentos devidos ao AMBIENTALISTAS;
- IV – informar à Comissão Executiva, eventual inadimplência das obrigações partidárias;
- V – desenvolver projetos de captação de recursos para o AMBIENTALISTAS;
- VI – apresentar relatório semestral das receitas e despesas do AMBIENTALISTAS;
- VII – prestar contas à Justiça Eleitoral;
- VIII – elaborar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS.

Art. 74. Compete ao Secretário de Comunicação da Comissão Executiva Estadual ou Distrital, no âmbito de suas atribuições:

- I – praticar os atos relativos ao sistema de comunicação interna e externa do AMBIENTALISTAS;
- II – desenvolver atividades que facilitem a comunicação entre os filiados do AMBIENTALISTAS;
- III – manter os filiados informados sobre as ações do AMBIENTALISTAS.

Art. 75. Compete ao Secretário de Assuntos Jurídicos da Comissão Executiva Estadual ou Distrital, no âmbito de suas atribuições:

- I – assessorar o Presidente da Comissão Executiva Estadual ou Distrital e a Comissão Executiva Estadual ou Distrital, nas questões jurídicas de natureza regimental, constitucional, civil, administrativa, partidária e eleitoral;



14

- II – opinar sobre projetos de normas internas de competência da Convenção Estadual ou Distrital, do Diretório Estadual ou Distrital e da Comissão Executiva Estadual ou Distrital;
- III – manifestar-se sobre o cumprimento de ordens e sentenças judiciais que envolvam o AMBIENTALISTAS, em âmbito Estadual ou Distrital;
- IV – orientar as atividades relativas a processos administrativos dos órgãos partidários do âmbito Estadual ou Distrital.



Art. 76. São atribuições da Comissão Executiva Estadual ou Distrital:

- I – dirigir, no âmbito Estadual ou Distrital, as atividades do AMBIENTALISTAS;
- II – convocar as reuniões do Diretório Estadual ou Distrital e a Convenção Estadual ou Distrital;
- III – executar, no âmbito do Estado ou do Distrito Federal, o Projeto Político do AMBIENTALISTAS e as deliberações dos Diretórios e Convenções Nacional e Estaduais ou Distrital;
- IV – administrar o patrimônio social do AMBIENTALISTAS, compreendidas a aquisição, alienação, arrendamento e hipoteca de bens, após autorização do Diretório Estadual ou Distrital;
- V – intervir nos Diretórios e Comissões Provisórias, Municipais ou Zonais;
- VI – deliberar sobre a instalação dos Conselhos de Ética e Disciplina;
- VII – estabelecer limite de gastos para as eleições Estaduais ou Distrital;
- VIII – julgar, em grau de recurso, decisões proferidas pelos Diretórios, Conselhos e Comissões Executivas Municipais ou Zonais;
- IX – elaborar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS;
- X – nomear, alterar ou cancelar Comissões Executivas Municipais ou Zonais;
- XI – credenciar Delegados junto ao Tribunal Regional Eleitoral.

Capítulo VII Da Convenção Municipal ou Zonal

Art. 77. A Convenção Municipal ou Zonal é constituída por:

- I – membros do Diretório Municipal ou Zonal;
- II – membros dos Diretórios Nacional, Estaduais ou Distrital, com domicílio eleitoral no Município ou Região Administrativa;





AMBIENTALISTAS
PESSOAS • MEIO AMBIENTE • ANIMAIS



III – Parlamentares Federais, Distritais, Estaduais e Municipais, filiados ao AMBIENTALISTAS, com domicílio no Estado ou no Distrito Federal.

Art. 78. Compete à Convenção Municipal ou Zonal:

- I – eleger os membros do Diretório Municipal ou Zonal e seus respectivos suplentes;
- III – decidir sobre assuntos políticos, administrativos e patrimoniais em nível Municipal ou Zonal.

Art. 79 - A Convenção Municipal ou Zonal se reunirá:

- I – ordinariamente, a cada 2 (dois) anos;
- II – extraordinariamente, por convocação das Comissões Executivas Nacional, Distrital, Estaduais, Municipais ou Zonais;
- III – extraordinariamente, a requerimento de 1/3 (um terço) dos membros do Diretório Municipal ou Zonal.

Capítulo VIII Do Diretório Municipal ou Zonal

Art. 80. O Diretório Municipal ou Zonal, eleito pela Convenção Municipal ou Zonal para um mandato de 2 (dois) anos, será composto de, no mínimo de 11 (onze) e no máximo 21 (vinte e um) membros efetivos, com 1/3 (um terço) de suplentes, cujo número será fixado por Resolução da Comissão Executiva Estadual.

Art. 81. São atribuições do Diretório Municipal ou Zonal, além daquelas definidas em lei, no âmbito de sua competência territorial:

- I – eleger a Comissão Executiva Municipal ou Zonal, seus respectivos suplentes e os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética e Disciplina;
- III – aprovar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS;
- IV – definir as orientações políticas e parlamentares de âmbito Municipal ou Zonal.



AMBIENTALISTAS
PESSOAS • MEIO AMBIENTE • ANIMAIS



Capítulo IX Da Comissão Executiva Municipal ou Zonal

Art. 82. A Comissão Executiva Municipal ou Zonal será composta por 5 (cinco) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, eleitos pelo Diretório Municipal ou Zonal, para um mandato de 2 (dois) anos.

Art. 83. A Comissão Executiva Municipal ou Zonal elegerá, dentre os seus membros:


- I – 1 (um) Presidente;
- II – 1 (um) Vice-Presidente;
- III – 1 (um) Secretário-Geral;
- IV – 1 (um) Secretário Adjunto;
- VI – 1 (um) Tesoureiro.

Art. 84. Compete ao Presidente da Comissão Executiva Municipal ou Zonal, no âmbito de suas atribuições:

- I – representar o AMBIENTALISTAS em juízo ou fora dele;
- II – presidir as reuniões da Convenção, do Diretório e da Comissão Executiva Municipal ou Zonal;
- III – admitir e demitir os funcionários administrativos;
- IV – autorizar, conjuntamente com o Tesoureiro, as despesas ordinárias e extraordinárias;
- V – em conjunto com o Tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques e autorizar transações financeiras;
- VI – deliberar sobre questões urgentes, excepcionalmente e em caráter de emergência, "ad referendum" da Comissão Executiva Municipal ou Zonal;
- VII – coordenar a execução do Projeto Político do AMBIENTALISTAS.

Art. 85. Compete ao Vice-presidente da Comissão Executiva Municipal ou Zonal, no âmbito de suas atribuições:

- I – substituir o Presidente em suas ausências;
- II – assessorar o Presidente na condução da política interna do AMBIENTALISTAS, assim como na execução do Projeto Político do Partido.


25

Art. 86. Compete ao Secretário-Geral da Comissão Executiva Municipal ou Zonal, no âmbito de suas atribuições:



- I – praticar os atos relacionados com a organização interna do AMBIENTALISTAS;
- II – planejar, organizar e executar atividades que busquem aprimorar a organização do AMBIENTALISTAS;
- III – manter cadastro atualizado dos membros do Conselho;
- IV – efetuar o registro de filiações nos sistemas da Justiça Eleitoral;
- V – praticar os atos relativos ao sistema de comunicação interna e externa do AMBIENTALISTAS;
- VI – desenvolver atividades que facilitem a comunicação entre os filiados do AMBIENTALISTAS.

Art. 87. Compete ao Secretário Adjunto da Comissão Executiva Municipal ou Zonal, no âmbito de suas atribuições:

- I – substituir o Secretário Geral em sua ausência;
- II – assessorar o Secretário Geral no exercício de suas atribuições;
- III – manter os filiados informados sobre as ações do AMBIENTALISTAS.

Art. 88. Compete ao Tesoureiro da Comissão Executiva Municipal ou Zonal, no âmbito de suas atribuições:

- I – praticar os atos relacionados às finanças do AMBIENTALISTAS;
- II – em conjunto com o Presidente, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar cheques e autorizar transações financeiras;
- III – manter em dia os pagamentos devidos ao AMBIENTALISTAS;
- IV – informar à Comissão Executiva eventual inadimplência das obrigações partidárias;
- V – desenvolver projetos de captação de recursos para o AMBIENTALISTAS;
- VI – apresentar relatório semestral das receitas e despesas do AMBIENTALISTAS;
- VII – prestar contas à Justiça Eleitoral;
- VIII – elaborar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS.



Art. 89. São atribuições da Comissão Executiva Municipal ou Zonal:


- I – dirigir, no âmbito Municipal, as atividades do AMBIENTALISTAS;
- II – convocar as reuniões do Diretório e da Convenção Municipal ou Zonal;
- III – executar, no âmbito do Município ou da Região Administrativa, o Projeto Político do AMBIENTALISTAS e as deliberações dos Diretórios Nacional, Estaduais ou Distrital e Municipais e das Convenções Nacional, Estaduais ou Distrital e Municipais;
- IV – administrar o patrimônio social do AMBIENTALISTAS, compreendidas a aquisição, alienação, arrendamento e hipoteca de bens, após autorização do Diretório Municipal ou Zonal;
- V – deliberar sobre a instalação dos Conselhos de Ética e Disciplina;
- VI – nos Municípios, escolher os candidatos aos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador, compreendida a decisão de coligar-se, apoiar outras candidaturas ou abster-se na disputa;
- VII – nos Municípios, estabelecer limite de gastos para as eleições Municipais;
- VIII – elaborar o orçamento e o balanço financeiro e patrimonial do AMBIENTALISTAS;
- IX – credenciar Delegados junto à Justiça Eleitoral de primeiro grau;
- X – julgar, em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Municipais ou Zonais.

Capítulo X Do Diretório Nacional Provisório

Art. 90. Durante as etapas de fundação, organização, registro e preenchimento dos cargos administrativos, todas as decisões do AMBIENTALISTAS serão de competência do Diretório Nacional Provisório, com poderes soberanos para agir em nome do Partido, cumulando as funções do Diretório Nacional e da Comissão Nacional Executiva, podendo editar resoluções, portarias e todos os demais atos normativos, necessários para conduzir o dia a dia do Partido, bem como para complementar e regulamentar as regras estatutárias.

§1º. Na reunião de fundação serão eleitos 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Secretário Geral, 1 (um) Tesoureiro e 1 (um) Secretário de Organização, aos quais serão distribuídas as funções e atribuições de competência do Diretório Nacional Provisório.

4



§2º. O mandato dos eleitos ao Diretório Nacional Provisório será de quatro anos.

§3º. Resolução do Diretório Nacional Provisório disporá sobre a dissolução desse órgão diretivo, assim como sobre a substituição de seus membros.

TÍTULO IV Das Finanças Partidárias

Capítulo I Das Fontes de Recursos

Art. 91. Os recursos financeiros do AMBIENTALISTAS serão oriundos de:

- I – contribuições de filiados, membros dos órgãos partidários e detentores de mandatos eletivos;
- II – doações de pessoas físicas;
- III – recursos do Fundo Partidário, Fundo Eleitoral e outros fundos públicos criados para as finalidades partidárias;
- IV – rendimentos de serviços decorrentes de atividades partidárias e eventos organizados para arrecadação de recursos;
- V – outras contribuições, doações ou recursos não vedados por lei.

Capítulo II Dos Critérios para Distribuição dos Recursos

Art. 92. Os recursos oriundos do Fundo Partidário terão destinação conforme as disposições da lei e das instruções específicas baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, podendo ser aplicados:

- I – na manutenção da sede e serviços do Partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, este último até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do total recebido;
- II – na propaganda doutrinária e política;
- III – no alistamento e campanhas eleitorais;
- IV – na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total, devendo a aplicação, obedecer critérios definidos em resolução pela Comissão Executiva Nacional.





AMBENTALISTAS
PESSOAS • MEIO AMBIENTE • ANIMAIS



§1º. A Comissão Executiva Nacional, ao receber do Tribunal Superior Eleitoral as quotas do Fundo Partidário, destinadas ao Diretório Nacional do Partido, dar-lhes-á a seguinte aplicação:

a) destinará importância não inferior a 50% (cinquenta por cento) para ser repassada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do seu recebimento, aos Diretórios Estaduais, que farão a devida prestação de contas nos termos da lei e das disposições deste Estatuto.

§2º. Para o repasse da importância a que se refere a alínea "a" do parágrafo anterior, a Comissão Executiva Nacional observará os seguintes critérios:

a) 50% (cinquenta por cento) do total será distribuído em partes iguais, aos Diretórios Estaduais constituídos e com seus órgãos devidamente anotados no Tribunal Regional Eleitoral;

b) 50% (cinquenta por cento) do total será distribuído aos Diretórios referidos na alínea anterior, proporcionalmente ao número de representantes que tenham no Congresso Nacional, garantido a qualquer seção estadual, no mínimo, a quota relativa a um representante.

§3º. A Comissão Executiva Estadual dará aos recursos recebidos pelo respectivo Diretório, na forma do parágrafo anterior, a seguinte destinação:

a) destacará as importâncias necessárias para atender às despesas do Diretório Estadual;

b) destinará o montante restante às despesas com a assistência aos Diretórios Municipais e Zonais, segundo plano de aplicação previamente aprovado, podendo destacar importância para ser repassada a Diretórios Municipais e Zonais, segundo critérios que venham a ser estabelecidos pelo respectivo Diretório, sujeita à devida prestação de contas nos termos da lei e das disposições deste Estatuto.

§4º. Poderá a Comissão Executiva Nacional rever os percentuais e critérios de distribuição de cotas, substituir o repasse de recursos do fundo partidário por recursos próprios aos Diretórios Estaduais, podendo, ainda, adotar as medidas que considerar conveniente de acordo com sua situação orçamentária e financeira.

§5º. Caberá a Comissão Executiva Nacional estabelecer, por Resolução, a regulamentação sobre gastos com passagens aéreas, reembolsos, pagamento de despesas imprescindíveis à manutenção de Diretórios Estaduais com fundo partidário suspenso, dentre outras que julgar necessária.

Capítulo II Do Patrimônio

Art. 93. O patrimônio do AMBIENTALISTAS será constituído pelos bens móveis e imóveis de sua propriedade, das doações e dos recursos recebidos na forma deste Estatuto.

Art. 94. Em caso de dissolução do AMBIENTALISTAS, o patrimônio será destinado conforme deliberação da Convenção Nacional, nos termos da Lei.

Art. 95. Os membros do AMBIENTALISTAS não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do AMBIENTALISTAS.

Art. 96. A responsabilidade civil, trabalhista e patrimonial cabe exclusivamente ao órgão partidário que tiver dado causa à obrigação inadimplida ou à violação de direitos, excluída a solidariedade de outras instâncias partidárias, órgãos de direção, dirigentes ou filiados.

Art. 97. As despesas realizadas por órgãos partidários ou candidatos devem ser assumidas e pagas pela instância partidária de jurisdição eleitoral envolvida, salvo assunção expressa da Comissão Executiva da instância partidária superior.

Capítulo III Da Contribuição dos Filiados

Art. 98. As contribuições de filiados e titulares de mandatos eletivos serão fixadas por Resolução da Comissão Executiva Nacional, visando a consecução dos objetivos institucionais.

Art. 99. Resolução da Comissão Executiva Nacional poderá instituir e exigir contribuições dos Diretórios Estaduais, Distrital, Municipais e Zonais, destinadas ao Diretório Nacional.

Capítulo IV Da Contabilidade e Orçamento

Art. 100. Os Diretórios Nacional, Distrital, Estaduais, Municipais e Zonais manterão escrituração contábil de suas receitas e despesas, de modo a permitir o conhecimento da origem daquelas e da destinação destas, sendo responsáveis pela elaboração dos balancetes mensais e do balanço financeiro anual do exercício findo, nos termos das disposições da legislação em vigor e das normas baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§1º. Os balanços contábeis anuais dos Diretórios, após devidamente apreciados e aprovados pelos órgãos partidários, serão encaminhados à Justiça Eleitoral, na forma do que dispõe este Estatuto e a legislação.

§2º. Os Diretórios Estaduais deverão encaminhar à Comissão Executiva Nacional, sempre que lhes for solicitada, cópia de toda documentação contábil e fiscal para acompanhamento e verificação da correta aplicação dos recursos do fundo partidário.

§3º. A recusa ou não encaminhamento da documentação solicitada será considerada como motivo para suspensão da remessa de recursos do fundo partidário ou próprios ou para aplicação de medida de intervenção, dissolução ou destituição do órgão.

Art. 101. Compete à Tesouraria Nacional do AMBENTALISTAS, expedir instruções e orientações aos diversos níveis partidários sobre os procedimentos financeiros e contábeis que devem ser aplicados internamente, em especial para disciplinar o uso do Fundo Partidário, bem como referente à prestação de contas junto a Justiça Eleitoral, sujeitando-se, os Diretórios, as Comissões Executivas Estaduais, Distritais, Municipais e Zonais e os filiados, aos seus termos.

Parágrafo único. A inobservância, por parte dos diversos níveis partidários, das instruções e orientações expedidas pela Tesouraria Nacional do Ambientalistas, poderá ensejar reprovação das contas.

Art. 102. Serão elaborados orçamentos anuais pelos órgãos executivos, em todos os níveis, até 30 (trinta) dias antes do início do exercício financeiro.



AMBIENTALISTAS
PESSOAS • MEIO AMBIENTE • ANIMAIS



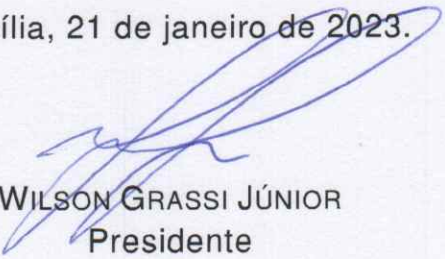
TÍTULO V Das Disposições Finais

Art. 103. Os filiados ao AMBIENTALISTAS, independentemente de nova manifestação de apoio e aceitação, ficam sujeitos às disposições deste Estatuto e Resoluções do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional.

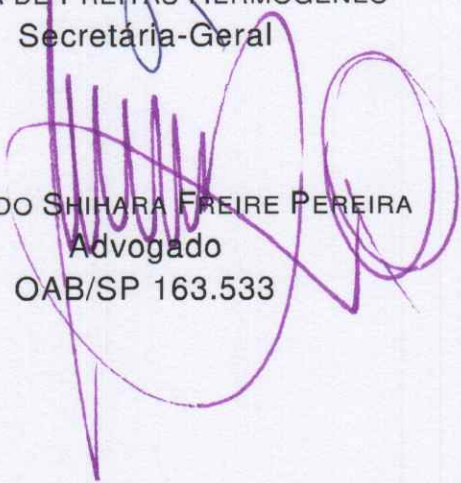
Art. 104. Os casos omissos neste Estatuto serão regulamentados por resoluções do Diretório Nacional.

Art. 105. O presente Estatuto foi aprovado pelos fundadores e entrará em vigor na data do seu respectivo registro pelo Ofício Civil competente.

Brasília, 21 de janeiro de 2023.


WILSON GRASSI JÚNIOR
Presidente


SHEILA DE FREITAS HERMÓGENES
Secretária-Geral


LEONARDO SHIHARA FREIRE PEREIRA
Advogado
OAB/SP 163.533

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL CASAMENTOS, PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
SCS Qd. 08 Bl. B-60 Sala 140-E Varisco Shopping - Asa Sul - Brasília-DF CEP: 70333-900
Site: www.cartorionariomarcloas.com.br Email: cartorionariomarcloas@terra.com.br Tel: (61) 3224-4026

Registrado e Arquivado sob o número 00012430 do livro n.
A-122 em 14/07/2023. Protocolado e Digitalizado sob nº 00174779



Em 14/07/2023 Dou 16.

Titular: Marcelo Caetano Ribas

Rosimar Alves de Jesus

Diógenes Adriano de Lima Souza

Selo: TJDF20230210045300ZQW

para consultar www.tjdf.jus.br